

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ MULTICULTURALISMO E PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Marcelo Ennes
Fernando Kulaitis

A chamada de artigos para o dossiê “Multiculturalismo e processos identitários” anunciava a polissemia da noção de “multiculturalismo”. Por um lado, há diferentes usos políticos que a caracterizam como gestão da diversidade cultural. Por outro lado, no campo acadêmico, mesmo que sem precisão, os contextos privilegiados de análise são aqueles relacionados aos processos identitários (ENNES, MARCON, 2014) e à ordem política: relacionam-se, principalmente, as estruturas diversificadas de funcionamento societal com as estruturas diversificadas de acolhimento estatal da diversidade.

Deste modo, a questão de fundo que perpassa os artigos deste dossiê é a da diversidade cultural. Esta ampla e multifacetada problemática (ENNES, 2016), uma das questões centrais de todo o século XX e que se estende de modo radicalizado no início do presente século, é aqui tratada a partir de diferentes recortes empíricos e aportes teóricos e metodológicos. Destaca-se, sobretudo, as interseções entre o poder e a cultura. Isto é, os estudos sobre o Estado e de suas políticas de “gestão da diversidade”, e também, os que focaram nas relações vivenciadas por indivíduos e grupos no plano do cotidiano. Por outro lado, mas de modo indissociado com as questões políticas e culturais, os artigos do dossiê contribuem para o debate conceitual e analítico em torno da categoria “multiculturalismo” em sua polissemia.

Assim, neste dossiê, buscamos dar visibilidade às abordagens acadêmicas sobre multiculturalismo que o articulam como problema de pesquisa, ou seja, como classificou Wieviorka (1998), com questionamentos sobre a produção, o acolhimento e a reprodução das

diferenças culturais em relação às tensões que elas geram, bem como a análise das formas institucionais e políticas da gestão da diversidade. Nessas análises é possível reconhecer também, ainda conforme Wieviorka, as tomadas de posição que fazem reflexão sobre vantagens e limites das políticas de multiculturalismo, bem como dos critérios morais e éticos das ações políticas e medidas jurídicas que se encontram sob seu rótulo.

Parte dessas tomadas de posição tem relação com as advertências sobre o fato de que a cultura tem uma dimensão política e deve ser tratada como tal. E é justamente por isso que a produção e o reconhecimento cultural podem ser constantemente renegociados ou contestados no campo político (ELLER, 1997). Isso remete ao multiculturalismo como posição ideológica (TURNER, 1994) que tende a se tornar um modo de política identitária. Nessa tendência, o multiculturalismo é acusado de um duplo fracasso: por um lado, teria fracassado por deixar emergir o *comunitarismo* e os movimentos de direita; por outro lado, o fracasso teria relação com sua incapacidade de mitigar as principais fontes de exclusão social e econômica (KYMLICKA, 2014). E esse duplo fracasso teria, ainda, um efeito perverso: ao invés de auxiliar a combater a discriminação, acabaria por fomentá-la.

Enquanto continua o debate sobre a ascensão, queda ou permanência do multiculturalismo como modelo de integração compatível com as diferentes lógicas de produção da diversidade cultural – por exemplo, a relativa aos autóctones, às minorias nacionais e aos imigrantes – surgem novos elementos teóricos e contextuais que demonstram a permanente relevância do tema para as Ciências Sociais. É o que podemos perceber com os artigos selecionados neste dossiê.

Dentre os recentes elementos teóricos, a noção de interculturalismo é bastante eficaz para estabelecer comparações contextualizadas. É o que faz *Nuno Filipe Castro* em “Do multiculturalismo ao interculturalismo: um novo modo de incorporação da diversidade cultural?”. Trata-se da compreensão dos sentidos que os termos assumem e dos modos em que se transformam em ações políticas direcionadas à integração dos imigrantes no contexto europeu. O autor estabelece uma linha de raciocínio que identifica os “modelos” do multiculturalismo e a inflexão ao chamado interculturalismo, lembrando que o que está em discussão é a coesão social das sociedades de acolhimento de imigrantes.

Mas se é possível identificar o interculturalismo como novo modelo europeu de integração, por aqui, no Brasil, parece que são os elementos relativos ao multiculturalismo que emergem. Assim, Fernando Kulaitis – também co-organizador deste dossiê –, no artigo “Multiculturalismo em perspectiva comparada: políticas migratórias e identidade nacional no Brasil e no Canadá” coloca a diversidade imigrante em plano de análise relativo às políticas migratórias e às políticas afirmativas que caracterizam formas de gestão da diversidade cultural e suas implicações para construção de identidades nacionais. Enquanto no Canadá os processos identitários ligados ao Estado foram marcados por uma disputa étnico-territorial, no Brasil foi a polarização “branquitude” versus “negritude” que organizou os sentidos da diversidade imigrante como elemento de identidade nacional. Se no Canadá o multiculturalismo é constitucional e marca os processos de socialização, no Brasil, o mito que valoriza a diversidade, incluindo a cultural, é o mesmo que impede sua transcrição no campo político.

Mas, é claro, a interdependência entre os processos políticos e os percursos de integração deve ser analisada também da perspectiva dos próprios imigrantes. É o que fazem Antonia Olmos Alcaraz, María Rubio Gómez, Ouafaa Bouachra Outmani, autoras do artigo “From tattoos, veils and notebooks: representations of otherness and identity construction processes in young students with migrant backgrounds in Spain”. Baseadas em rigorosa pesquisa, as autoras elegem o ambiente escolar espanhol como espaço onde são produzidas e reconstruídas a “identidade” e a figura do “outro”. Além das tradicionais categorias de etnicidade e identidade nacional, a análise tem apoio no arcabouço teórico sobre interseccionalidades, contribuindo para o avanço do debate sobre o tema. Os jovens que participaram da pesquisa, todos imigrantes e mesmo que há muitos anos na Espanha, demonstraram um percurso não linear de integração. Para além das situações de preconceito e discriminação, o funcionamento do sistema escolar – e do Estado, portanto – tem influência direta nesse processo ao não considerar a diversidade imigrante em seu escopo.

Os dois artigos seguintes têm em comum a “capoeira no estrangeiro” como vetor de análise. Embora o mesmo vetor, o recorte, os procedimentos teórico-metodológicos e, portanto, os resultados são diversos. Em “Capoeira going global: the appropriation of the afro brazilian practice through tv advertisements in France and the United

Kingdom” Daniel Granada da Silva Ferreira analisa como é feita a apropriação e a atribuição da “brasilidade” em comerciais de televisão na França e no Reino Unido e, ao mesmo tempo, compara com relatos de praticantes de capoeira daqueles países. É um exemplo de como elementos transnacionais são ressignificados localmente, revelando, por sua vez e de forma comparativa, as estruturas do multiculturalismo britânico e do modelo de integração republicano francês.

Já em ““Ele ginga que nem brasileiro!”: transnacionalização cultural e a negociação dos espaços de subjetividade na Alemanha”, Fábio Araujo Fernandes relaciona a transnacionalização com processos identitários “jogados” nas rodas de capoeira em terras alemãs. Assim, para além das práticas corporais, a negociação simbólica das identidades faz parte do jogo, onde o “alemão” tem uma posição bem definida. Além de um bem ilustrado histórico do movimento de inserção da capoeira na Europa, o artigo mostra como a chamada capoeiragem fundamenta-se em uma dinâmica de desterritorialização da “brasilidade” e, assim, torna mais aberta a negociação das identidades culturais.

Por fim, no artigo “O conceito de diáspora africana como argumento para descentrar a identidade negra”, Cauê Gomes Flor oferece uma importante contribuição sobre o tema do multiculturalismo a partir do debate sobre a categoria diáspora na produção da “identidade” negra no Brasil. Para tanto, o autor percorre uma variada e atualizada bibliografia confrontando pensadores/as brasileiros/as que podem ser considerados/as como clássicos da temática étnica/racial e autores/as que se inscrevem no amplo espectro dos estudos pós-coloniais e decoloniais. Como conclusão, Flor aponta para a importância da noção da diáspora africana para o debate político e teórico sobre a produção da identidade negra no Brasil.

O Dossiê publicado neste número da Revista *Ambivalências* revela como o debate sobre o multiculturalismo tem se processado seja no Canadá, na Europa, seja no Brasil e como longe de produzir um consenso, sua polifonia nos ajuda a ler e compreender a igualmente polissêmica expressão da diversidade cultural de modo a dar visibilidade a antigas e novas formas de produção da diferença e desigualdade social, política e cultural. Deste modo, esperamos que o Dossiê seja útil para os estudiosos e interessados na ampla e desafiadora problemática de modo a nos tornar mais aptos para o enfrentamento das questões teóricas e políticas que a contemporaneidade tem nos colocado.

Referências

ELLER, Jack David. Anti-anti-multiculturalism. **American Anthropologist**. v. 99, n. 2, p. 249-256, jun. 1997.

ENNES, M. A. Produção da diversidade: identidades e imigração. **Revista Brasileira de Sociologia**. v.4, p. 217- 286, 2016.

ENNES, M. A.; MARCON, F. N. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 12-34, 2014.

KYMLICKA, Will. Multiculturalismo: o sucesso, o fracasso e o futuro. **Interfaces Brasil/Canadá**. v. 14, n. 1, p. 123-174, 2014.

TURNER, Terence. Anthropology an multiculturalism: what is Anthropology that multiculturalists should be mindful of it? In: GOLDBERG, David. **Multiculturalism: a critical reader**. Oxford: Blackwell, 1994. p. 407-425.

WIEVIORKA, Michel. Le multiculturalisme est-il la réponse? **Cahiers internationaux de Sociologie**. v. CV, p. 233-260, 1998.